

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Jefferson Rudy/Agência Senado



Izalci: seus eleitores tornaram-se conservadores

Izalci: 'Meus eleitores tucanos viraram bolsonaristas'

O senador Izalci Lucas (DF) trocou na semana passada o PSDB pelo PL. Com isso, o ninho tucano, que já governou o país por duas vezes, ficou com apenas um senador: Plínio Valério (AM). A saída de Izalci é um dos sinais de como o PSDB vai definindo. Ele conversou com o Correio Político sobre as razões da sua mudança. E aponta também para uma outra evidência

dos últimos anos: como foi se tornando mais conservador o eleitor do Distrito Federal, que já teve dois governadores do PT e um do PSB. "Meus eleitores do PSDB viraram todos bolsonaristas", diz Izalci, para resumir a sua decisão. Nesse cenário de guinada conservadora do eleitor da capital do país, o plano de Izalci é sair para o governo do Distrito Federal.

Desafio

Não será tarefa fácil. Izalci talvez tenha que driblar outros nomes conservadores da capital, como a senadora Damare Alves (Republicanos). E, dentro do próprio PL, uma das alternativas políticas que se ensaia para Michelle Bolsonaro é um cargo eletivo pelo Distrito Federal.

PSDB

Izalci avaliou também as razões do declínio do PSDB. Para ele, falta de posicionamento. O maior erro foi a confusão na eleição presidencial, quando Eduardo Leite (RS) e João Dória (SP) disputaram uma prévia cheia de problemas, e o partido acabou sem candidato.

Divulgação/MPF



Índigena chegou a desfilar em um pau-de-arara

Com ou sem Lula, golpe de 64 fez 60 anos

Como contamos no Correio da Manhã, confirmamos o que disse o assessor especial de Defesa da Democracia do Ministério dos Direitos Humanos, Nilmário Miranda. Apesar do silêncio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da ordem para que nada tivesse patrocínio do governo, os 60 anos do golpe de 1964 que deu iní-

cio a 21 anos de ditadura militar foram lembrados. Aconteceram as marchas em São Paulo e no Rio no domingo (31) e na segunda-feira (1). E, na terça-feira, o próprio Ministério dos Direitos Humanos foi palco do julgamento que concedeu uma reparação histórica aos indígenas Krenak, presos e torturados pela ditadura.

Pau-de-arara

Apesar da falta de qualidade, por ser antiga, a foto que ilustra a nota acima tem importância histórica que a justifica, para explicar a reparação aos Krenak. Ela mostra um desfile um desfile militar, no qual um Krenak desfilou pela avenida amarrado a um pau-de-arara.

Exposição

O Senado exibe uma exposição de fotos de Orlando Brito, considerado o melhor repórter fotográfico político brasileiro de todos os tempos. Brito acompanhou todos os presidentes do país, desde Castello Branco até Jair Bolsonaro. Suas fotos contam essa história.

Guarda

Uma Guarda Rural Indígena chegou a ser criada só com o propósito de perseguir, prender e torturar integrantes dos povos originários na região. Outros julgamentos simbólicos para reparação histórica de perseguidos pelo regime militar estão previstos para esta semana.

Sessão

Também foi lançado no Senado o livro "Anos de Chumbo". E aconteceu uma sessão solene no Senado para lembrar a efeméride. Pedida pelo líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (sem partido-AP). Como se vê, o governo não ficou tão defora dos 60 anos do golpe.

STF: não há intervenção militar constitucional

Maioria julga que não há poder moderador das Forças Armadas

Gustavo Moreno/SCO/STF

Por Ana Paula Marques

Com o voto do ministro Cristiano Zanin, computado em plenário virtual nesta terça-feira (2), o Supremo Tribunal Federal (STF) tem agora sete votos contra a tese de que a Constituição, no seu artigo 142, daria as condições para acontecer no país uma intervenção militar de forma legal. A Corte, então, formou maioria para rechaçar qualquer interpretação de que a Constituição Federal prevê para as Forças Armadas uma espécie de poder moderador que lhe permitiria interferir nas questões políticas do país.

Até o momento, nenhum ministro votou a favor da tese que chegou a movimentar alguns grupos nos últimos tempos. O julgamento continua até a próxima segunda-feira (8). A análise da Suprema Corte é em cima de uma ação apresentada pelo PDT, em 2020, que pede aos magistrados que definam os limites para a atuação dos militares. Na prática, a ação movida pelo partido buscava compreender a constitucionalidade do uso da interpretação do artigo 142 da Constituição como um dispositivo que conferia um poder moderador às Forças Armadas.

Esse trecho da Constituição foi amplamente disseminado, principalmente nos últimos anos durante o mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), como justificativa para uma eventual interferência dos militares sobre as instituições democráticas. Até agora, além de Zanin, votaram os ministros Gilmar Mendes, André Mendonça, Edson Fachin, Flávio Dino e o presidente da Corte, Luís Roberto Barroso, que acompanharam o relator Luiz Fux, e entenderam que a Constituição não permite a suposta "moderação" dos militares.



Maioria do STF define papel constitucional das Forças Armadas

Prerrogativa

Em seu voto, Fux defendeu que "qualquer instituição que pretenda tomar o poder, seja qual for a intenção declarada, fora da democracia representativa ou mediante seu gradual desfazimento interno, age contra o texto e o espírito da Constituição".

Segundo a advogada e coordenadora de Jurídico da BMJ, Gabriela Rosa, o que o ministro Fux entendeu na sua liminar é que a missão institucional das Forças Armadas é a defesa da pátria, na garantia dos poderes constitucionais e na garantia da lei e da ordem, o que não acomoda o exercício de poder moderador entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. "Ou seja, o relator reforça a preocupação e a importância de que as Forças Armadas sejam utilizadas somente como instrumento para garantir a democracia".

Segundo a especialista, na prática, o julgamento em si não tem um efeito concreto no mundo jurídico, já que essa interpretação, embora já alegada em manifestações e com indicação que pudes-

se ser usada no cunho político, nunca foi empregada concretamente como uma fundamentação para uma eventual ação militar de cunho mais político. "O que o STF está dizendo, agora claramente, é que algo nesse sentido será considerado inconstitucional", explica Gabriela Rosa.

Golpe

O ministro Flávio Dino, em seu voto, relembrou o golpe militar de 1964, ocorrido há exatos 60 anos, e citou "um período abominável da nossa história constitucional", referindo-se à ditadura militar instalada no país por 21 anos. Para o ministro, "o Estado de Direito foi destruído pelo uso ilegítimo da força naquele momento".

Para o cientista político e advogado Melillo Dinis, a posição do STF marca também um direcionamento político e ajuda na compreensão da sociedade de que "é o poder civil que subordina o poder militar".

"Era uma posição óbvia, literal do texto constitucional. Entretanto, algumas vezes o óbvio tem que

ser explicitado para que não se repitam desvios antidemocráticos e inconstitucionais", lembra

É o que o ministro Gilmar Mendes defendeu ao dizer que o Supremo está "reafirmando o que deveria ser óbvio".

"A sociedade brasileira nada tem a ganhar com a politização dos quartéis", reforçou Gilmar Mendes.

A decisão do STF pode levar a um desdobramento. Segundo o colunista do site UOL Kennedy Alencar, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deverá apoiar uma mudança na Constituição para por fim a qualquer interpretação de que as Forças Armadas tenha esse papel moderador. Essa alteração, para dar mais clareza ao texto, é defendida por Flávio Dino.

Até mesmo quem está enraizado na força militar, reconhece. Ainda nesta terça, o comandante do Exército, general Tomás Pava, avaliou o posicionamento da Corte como "totalmente" correto ao rechaçar a possibilidade da interpretação dos militares como "poder moderador".

Rodrigo Pacheco nega problemas com ministro Fernando Haddad

Marcos Oliveira/Agência Senado

Por Gabriela Gallo

No dia seguinte após derrubar parte da MP 1202/2023 que determinava a reoneração da folha de pagamento de municípios com até 156 mil habitantes, o presidente do Senado Federal Rodrigo Pacheco (PSD-MG) conversou com a imprensa nesta terça-feira (2) para esclarecer pontos da decisão. Pacheco manteve o trecho da MP que determina o fim do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) e o limite de compensação para créditos como forma de proteção da arrecadação do Estado. Mas deixou caducar o trecho da MP que reonerava os municípios.

Em seu pronunciamento no Salão Azul do Senado Federal, Pacheco disse que a decisão do Senado visa garantir estabilidade e garantir a segurança jurídica aos municípios e prefeituras do país. "Na iminência da vigência pós-noventena [prazo de 90 dias para que uma lei de alteração de tributos passe a produzir efeitos], havia uma obrigação de nossa parte de evitar uma insegurança jurídica manifesta", declarou.

O presidente do Senado reforçou que o tema da desoneração, ou não, da folha de pagamento — tanto para os 17 principais setores da economia quanto para os municípios brasileiros — é uma medida que exige um projeto de lei, não uma medida provisória.

"A partir do uso indevido de medida provisória para esta finalidade, nós teríamos uma realidade de três meses do ano com alíquota de 8%, 60 dias de vigência da medida provisória com alíquota



Pacheco diz ter agido para dar "segurança jurídica"

de 20%, ao final da vigência da medida provisória. Depois, voltar à alíquota de 8%, para aí então se discutir um novo modelo que tem uma alíquota intermediária a partir de uma proposta do governo em negociação com outros municípios. Isso é uma insegurança jurídica descabida", explicou o parlamentar.

"É legítimo ao governo federal, agora, querer discutir um novo programa sustentável que demonstre a razão de ser de suas intenções em relação a essa questão previdenciária dos municípios, com uma proposta através de um projeto de lei que possa, eventualmente, modificar a lei", ele completou.

Relacionamento

Horas antes da coletiva de Pacheco com a imprensa, nesta terça-feira o ministro da Fazenda Fernando Haddad disse que não tinha sido informado da decisão de derrubada da reoneração da folha de pagamento dos municípios pelo presidente do Senado.

declarando que o Senado Federal está aberto para a discussão de um novo modelo da folha de pagamento e eventuais contribuições do projeto de lei.

Perse

À imprensa, Pacheco esclareceu que manteve o trecho do Perse porque "é uma situação jurídica diferente da questão da desoneração".

"A desoneração era objeto de uma publicação de lei e veio uma medida provisória para destituir, como se houvesse um terceiro túnel do processo legislativo. A questão do Perse, embora esteja objeto de medida provisória, me parece muito claro que também não será tratado como medida provisória. É preciso que se apresse a discussão do Perse para se transformar em um projeto de lei para chegar a um denominador comum", disse.

Questionado sobre o Perse, Fernando Haddad classificou o programa como um "problema" para o governo. "Nós temos de fazer um balanço de tudo o que vai ser aprovado agora, porque o Perse é um problema, a desoneração da folha é um problema e a questão dos municípios é outro problema. Então, eu sempre digo, você fixa uma meta de resultado primário e encaminha as leis que vão dar consistência para essa meta. E o trabalho que nós estamos fazendo junto ao Congresso é no sentido de convencer os parlamentares de que nós precisamos encontrar fonte de financiamento das despesas criadas. Foram criadas despesas no período anterior que precisam de fonte de financiamento", afirmou Haddad.